



Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A | Resultados de 2015

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2015**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sergipe” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2015, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 17 de março de 2016.

1 Considerações gerais

A Energisa Sergipe é uma distribuidora de energia elétrica que atende a aproximadamente 731,5 mil clientes e uma população de 1,8 milhão de habitantes em 63 municípios do Estado de Sergipe, em uma área de 17.465 Km².

O exercício de 2015 ficou marcado pela continuidade da execução do plano de investimento da Energisa Sergipe, visando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, à melhoria na qualidade do fornecimento de energia e o suporte ao seu crescimento de mercado. Todas estas ações estruturadas, associadas aos investimentos realizados posicionam a Companhia entre as melhores empresas de distribuição de energia elétrica.

2 Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a Energisa Sergipe investiu ao longo dos últimos cinco anos R\$ 421,7 milhões, dos quais R\$ 75,8 milhões em 2015.



Dentre as realizações em 2015, destacam-se: i) início da transferência de 05 Linhas de Distribuição em Alta Tensão-LDAT da Subestação Jardim (Chesf) para a nova Subestação Socorro (Chesf), melhorando a confiabilidade e qualidade do Sistema de 69kV da Energisa Sergipe; ii) deslocamento de 700 m de Linha Distribuição Alta Tensão LDAT em 69kV e 17,6km de Linhas de Distribuição de Média Tensão - LDMT por motivos de segurança da comunidade; iii) limpeza e recuperação de faixa de servidão de aproximadamente 221 km LDAT e 690km de LDMT; iv) instalação de 50 conjuntos de sinalizadores de falta e 13 religadores de distribuição.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2015	2014	Acréscimo
Subestações - nº	31	31	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	674	674	-
Alimentadores - nº	158	158	-
Postes de Rede de Distribuição- nº	365.517	361.797	+ 3.720
Linhas de transmissão - km	1.281	1.268	+ 9
Redes de distribuição (próprias) - km (*)	25.768	25.167	+ 601
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	38.907	38.013	+ 894
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	773	740	+ 33

3 Desempenho econômico-financeiro

3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2015:

Descrição	2015	2014	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.487,8	1.223,1	+ 21,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.415,2	1.132,1	+ 25,0
Receita Operacional Líquida	983,5	912,0	+ 7,8
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	910,9	821,0	+ 11,0
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	121,4	162,5	- 25,3
EBITDA	171,6	210,5	- 18,5
EBITDA Ajustado	187,6	223,9	- 16,2
Resultado financeiro	(182,9)	(48,5)	+ 277,1
Lucro Líquido	(22,0)	102,2	-
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.493,0	1.381,3	+ 8,1
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	115,6	56,1	+ 106,1
Patrimônio Líquido	325,4	385,9	- 15,7
Endividamento Líquido	691,1	508,8	+ 35,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	731,5	708,5	+ 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	2.446,3	2.398,7	+ 2,0
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.635,8	3.487,2	+ 4,3
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,83	9,14	- 0,31 p.p
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	19,1	24,6	- 5,5 p.p
Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,7	2,3	+ 60,9

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2015, a Energisa Sergipe apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.415,2 milhões, ante R\$ 1.132,1 milhões registrados em 2014, um aumento de 25,0% (R\$ 283,1 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 11,0% (R\$ 89,9 milhões) no período, para R\$ 910,9 milhões. Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 22.997 novos consumidores e crescimento de 2,0% (aumento de 4,2% no 4T15) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 4.4 deste comentário de desempenho);
- Reconhecimento de despesas referentes a ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 80,0 milhões (despesas de R\$ 28,7 milhões no 4T15) contra R\$ 96,2 milhões de receitas reconhecidas em 2014;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro em 2015 foi de R\$ 88,2 milhões (R\$ 27,5 milhões no 4T15), contra R\$ 2,6 milhões em 2014.
- Aumento tarifário extraordinário de 8,0% a partir de 02/03/2015, com o objetivo de adequar a cobertura tarifária dos custos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e de compra de energia.

3.3 Ambiente regulatório - revisão tarifária

3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o "Sistema de Bandeiras Tarifárias", aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo. Mensalmente, a ANEEL sinaliza uma das bandeiras previstas - de acordo com as

informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país - aplicada no primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2015 foram de R\$ 152,0 milhões (R\$ 35,1 milhões no 4T15).

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de "bandeira rosa", com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

3.3.2 Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Sergipe, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 8,0% a partir de 02/03/2015. Adicionalmente, em 22 de abril de 2015, foi concedido à Energisa Sergipe reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 13,26% percebido pelos consumidores.

A Energisa Sergipe recebeu o montante de R\$ 26,0 milhões provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoelétrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Sergipe pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 59,5 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 789,4 milhões em 2015 e R\$ 303,8 milhões no 4T15, crescimento de 19,9% (R\$ 130,9 milhões) e 47,2% (R\$ 97,4 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2014. Desse total, as despesas controláveis registraram queda de R\$ 0,8 milhão (redução de R\$ 5,9 milhões no 4T15), totalizando R\$ 144,7 milhões (R\$ 42,4 milhões no 4T15). Já as despesas não controláveis em 2015 cresceram 27,4% (77,7% no 4T15), totalizando R\$ 572,4 milhões (R\$ 240,3 milhões no 4T15), decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T15	4T14	Variação R\$ milhões	2015	2014	Variação R\$ milhões
1 Despesas controláveis	42,4	48,3	- 5,9	144,7	145,5	- 0,8
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	26,4	29,1	- 2,7	86,6	83,5	+ 3,1
1.2 Material	2,1	2,5	- 0,4	8,3	9,0	- 0,7
1.3 Serviços de terceiros	13,9	16,7	- 2,8	49,8	53,0	- 3,2
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	240,3	135,2	+ 105,1	572,4	449,3	+ 123,1
3 Depreciação e amortização	12,7	12,0	+ 0,7	50,2	48,0	+ 2,2
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	0,4	(0,7)	+ 1,1	4,7	(3,9)	+ 8,6
5 Outras despesas/receitas	8,0	11,6	- 3,6	17,4	19,6	- 2,2
Subtotal	303,8	206,4	+ 97,4	789,4	658,5	+ 130,9
6 Custo de construção (*)	16,8	19,6	- 2,8	72,6	91,0	- 18,4
Total	320,6	226,0	+ 94,6	862,0	749,5	+ 112,5

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2015, a Energisa Sergipe registrou prejuízo de R\$ 22,0 milhões, ante o lucro líquido de R\$ 102,2 milhões registrados em 2014, em decorrência, principalmente, do resultado financeiro e da elevação dos custos de energia comprada. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 187,7 milhões em 2015, contra os R\$ 223,9 milhões apurados no ano anterior, redução de 16,2%, decorrente, em grande parte, do menor crescimento das receitas líquidas, vis-à-vis o aumento dos custos operacionais, principalmente de energia comprada.

Já no quarto trimestre de 2015 (4T15), a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 15,8 milhões, ante os R\$ 52,9 milhões contabilizados em igual trimestre do ano anterior. No 4T15, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 41,7 milhões, redução de 58,0% em relação ao 4T14.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
(=) Lucro Líquido	15,8	52,9	- 70,1	(22,0)	102,2	-
(-) Contribuição social e imposto de renda	(5,5)	(6,2)	- 11,3	39,5	(11,8)	-
(-) Resultado financeiro	(3,5)	(25,5)	- 86,3	(182,9)	(48,5)	+ 277,1
(-) Depreciação e amortização	(12,7)	(12,0)	+ 5,8	(50,2)	(48,0)	+ 4,6
(=) Geração de caixa (EBITDA)	37,5	96,6	- 61,2	171,6	210,5	- 18,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	4,2	2,8	+ 50,0	16,0	13,4	+ 19,4
(-) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	41,7	99,4	- 58,0	187,7	223,9	- 16,2
Margem do EBITDA Ajustado (%)	12,1	32,0	- 19,9 p.p	19,1	24,6	- 5,5 p.p

4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento tem permitido à Energisa Sergipe apresentar consistentes índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

4.1 Perdas de energia

Alinhado aos objetivos estratégicos e às exigências regulatórias, a Energisa Sergipe tem adotado métodos mais eficazes na seleção das listas de inspeção em conjunto com medidas estruturantes para blindagens de rede e da medição. Isto possibilitou aumentar a produtividade das equipes com redução de custos para identificação e eliminação de fraudes e desvios de energia. Associado aos investimentos em ampliação e melhoria da malha de rede distribuição, as perdas de energia elétrica da Energisa Sergipe atingiram 8,83% em 2015, contra 9,14% registrado em igual período do ano passado, redução de 0,31 pontos percentuais.

4.2 Inadimplência

As revisões tarifárias extraordinárias e o advento das bandeiras tarifárias ocorridas no primeiro trimestre de 2015, assim como a perda do benefício de baixa renda por aproximadamente 138 mil clientes, que representam 53% dos clientes anteriormente cadastrados, contribuíram para o aumento da inadimplência. Assim, o desempenho do indicador relativo à inadimplência dos consumidores (proporção do que não foi recebido em relação ao que foi faturado nos últimos 12 meses) foi bastante afetado pelo aumento dos valores faturados e pelo incremento da parcela não arrecadada. Em 2015, a inadimplência dos consumidores aumentou em 0,59 pontos percentuais em relação ao índice, situando-se em 1,90%. Contudo, a Energisa Sergipe vem intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento e da internet, intensificação de ações de corte, negatização de débitos e campanha de negociação de dívida em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado.

4.3 DEC e FEC

A redução dos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) em 2015 é um fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema bem como de ações do Grupo de Melhoria e Apoio à Qualidade - GMAQ, grupo criado neste ano com o envolvimento de toda a empresa com ações adicionais estruturadas com foco na redução destes indicadores de continuidade. O DEC e FEC apresentaram redução de 15% e 17%, respectivamente.

Indicadores operacionais	2015	2014	Varição
Perdas de energia do sistema próprio (%)	8,83	9,14	- 0,31 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,90	1,31	+ 0,59 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,67	0,73	- 8,2
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	13,40	15,70	- 14,6
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,78	9,39	- 17,1
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	84,80	84,10	+ 0,8
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	58,81	58,84	- 0,1

4.4 Mercado de energia

Em 2015, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Sergipe, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 3.151,6 GWh, redução de 1,8% em relação a igual período do ano anterior. A classe de consumo que mostrou melhor desempenho foi a rural, com crescimento de 12,6%, seguida pelas classes residencial e comercial, que apresentaram aumento de consumo de 3,5% e 2,3%, respectivamente, no período. O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 10,2% em 2015.

A energia total distribuída em 2015 foi de 3.635,8 GWh, ante os 3.487,2 GWh registrados em igual período do ano passado, ou seja, aumento de 4,3%, conforme composição seguinte:

Descrição	Trimestres			Exercício		
	4T15	4T14	Var. %	2015	2014	Var. %
1 Vendas de energia no mercado cativo	609,2	584,5	+ 4,2	2.446,3	2.398,7	+ 2,0
✓ Residencial	243,1	232,2	+ 4,7	998,7	965,3	+ 3,5
✓ Industrial	69,4	72,4	- 4,1	289,4	299,3	- 3,3
✓ Comercial	133,1	129,3	+ 2,9	534,8	522,9	+ 2,3
✓ Rural	36,6	27,8	+ 31,7	116,9	103,8	+ 12,6
✓ Outras Classes	127,0	122,8	+ 3,4	506,5	507,4	- 0,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	158,8	205,6	- 22,8	705,3	809,0	- 12,8
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	768,0	790,1	- 2,8	3.151,6	3.207,8	- 1,8
4 Suprimento de energia e não faturado	171,9	123,3	+ 39,4	484,2	279,5	+ 73,2
5 Energia Total Distribuída (3+4)	939,9	913,4	+ 2,9	3.635,8	3.487,2	+ 4,3

A Energisa Sergipe encerrou 2015 com 731.462 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,2% superior à registrada no mesmo período de 2014. Já o número de consumidores livres totalizou 18 no fim de dezembro de 2015.

5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Sergipe totalizou R\$ 115,6 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Sergipe, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 508,8 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 691,1 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Sergipe em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014
Curto Prazo	141,8	192,7
Empréstimos e financiamentos	77,7	180,1
Debêntures	13,2	8,7
Encargos de dívidas	3,3	5,4
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	16,5	15,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	31,1	(17,1)
Longo Prazo	684,3	487,8
Empréstimos e financiamentos	584,3	361,2
Debêntures	36,0	60,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	105,4	103,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(41,4)	(36,6)
Total das dívidas	826,1	680,5
(-) Disponibilidades financeiras	115,6	56,1
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	8,7	22,7
(-) Créditos CVA	10,7	92,9
Total das dívidas líquidas	691,1	508,8

6 Gestão de pessoas

A Energisa Sergipe valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2015 com 916 colaboradores próprios e 75 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da Companhia e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual. Em 2015, a Energisa Sergipe dedicou 85,2 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 221 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância, e em 2015, foram dedicadas nessa modalidade 50,6 mil homem/hora, o que corresponde a 48% do total de treinamento. O ensino a distância também foi a base do Programa Individual de Desenvolvimento (PID), onde a unidade registrou 118 ações em EAD concluídas em 2015.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Sergipe lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores, para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2015, seguimos com a programação do Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia. Em 2015, foram formados e certificados 11 novos operadores.

Outro ponto forte do ano de 2015 foi a parceria com o SENAI, para formação de eletricitistas da distribuição, que visa capacitar profissionais para atuar na rede de distribuição, contribuindo para melhoria da qualificação profissional, empregabilidade e geração de renda nas comunidades atendidas pelo programa. No ano, foram aproveitados 11 novos eletricitistas, oriundos do programa.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Sergipe deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da "Academia de Líderes". Diante da nova realidade da empresa, ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na

construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio. Em 2015, foram capacitados mais de 500 líderes em todo o Grupo Energisa. Na Energisa Sergipe, foram realizados os Módulos de Visão Sistêmica, Segurança do Trabalho, Relações Trabalhistas e o Módulo de Criatividade e Inovação.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Sergipe conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da organização. Em 2015 foram mapeadas 43 posições e identificados 17 sucessores.

A Energisa Sergipe mantém ainda um programa de seleção de trainees que permite desenvolver uma nova geração de líderes. Nos últimos quatro anos foram retidos 6 trainees.

7 Responsabilidade socioambiental

O Grupo Energisa tem como principal negócio a distribuição de energia elétrica, e promovendo benefícios a uma parcela significativa de consumidores em todas as regiões do país. Diante deste cenário, tem consciência de seu papel e da importância de um comprometimento com o desenvolvimento sustentável, conforme expresso em um de seus objetivos estratégicos - “ser uma empresa social e ambientalmente responsável”. Dessa forma, investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Sergipe vem buscando o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona. Para tanto, desenvolve atividades socioculturais e esportivas, apoia projetos de estímulo à educação e implementa ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Em 2015, o engajamento contínuo da empresa na área de responsabilidade social e ambiental está representado através da realização de várias iniciativas e ações voltadas a estas questões, destacando-se:

Iniciativas Socioculturais

Projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- Por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Sergipe patrocina diversos projetos culturais. Em 2015, um projeto foi beneficiado: a *Orquestra Jovem de Sergipe* (proporcionou a 100 jovens de famílias de baixa renda o contato com a música clássica, visando à profissionalização).
- Parceria com o Parque dos Falcões, um “santuário” das aves de rapina, desenvolvendo um projeto funcional que se encaixa perfeitamente dentro do contexto do parque e que serve como fonte de receita para a instituição, promovendo a sua sustentabilidade organizacional.

Iniciativas voltadas à Educação

Projetos específicos de incentivo à educação, como meio de contribuir com o desenvolvimento econômico das áreas de concessão.

- Projeto *Bem da Gente*, que tem como proposta gerar a inclusão produtiva estimulando o empreendedorismo por meio da oferta de capacitação em oficinas do Sebrae Microempreendedor.

Iniciativas voltadas à Preservação do Meio Ambiente

Ações de mitigação dos impactos ambientais e promoção da educação ambiental:

- Coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa - os resíduos segregados e recolhidos na empresa são doados para a CARE (Cooperativa de Catadores do Estado) e também para Federação dos Catadores de Sergipe - FECARSE, que realiza a reciclagem do material, o que promove também geração de renda, além de reduzir a inserção desses materiais no meio ambiente;
- Utilização de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de resíduos de poda, como galhos de árvores. Os resíduos são armazenados prontos para serem usados no processo de compostagem, por meio de parceria com o poder público municipal que vem recebendo esses resíduos e fazendo uso adequado.

- Campanhas educativas e de conscientização socioambiental, tal como IV Semana Socioambiental da Energisa Sergipe, cujo tema foi “Ligando ideias, desligando desperdícios”. Esta 4ª edição proporcionou palestras sobre o cenário energético atual e energias alternativas, além de atividades voltadas para saúde bucal das crianças, apresentação teatral para filhos de funcionários e crianças vizinhas à empresa. Por fim, apresentação da Orquestra de Cordas do bairro Olaria “Menino Jesus” e passeio ciclístico.

Uso Consciente de Energisa

Projetos do Programa “Eficiência Energética” visando à adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2015, este programa absorveu quase R\$ 5 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- *Nossa Energia*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e implantação do padrão de entrada em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas.
- *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2015 foram coletadas 1.500 toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.

Ressalte-se ainda os programas *Zé da Luz na Escola* e *Energia Total* que são voltados à aproximação da empresa com as comunidades da sua área de concessão, focando na orientação e na conscientização sobre uso racional e seguro da energia elétrica e no tocante à conscientização ambiental. O programa *Energia Total* também disponibiliza oficinas de reciclagem que fomentam a geração de renda para as pessoas das comunidades assistidas através da venda dos produtos que aprendem a fazer.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe em 2015 foi de R\$ 705,0 mil, dos quais R\$ 355,0 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 350,0 mil para a revisão de processos e procedimentos relativos à obtenção de incentivos fiscais e consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	83.957	45.254
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	22.606	2.908
Consumidores e concessionárias	6	181.690	117.703
Estoques		998	1.472
Tributos a recuperar	7	32.821	35.649
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	17.075
Ativos financeiros setoriais	9	17.552	121.325
Outros créditos	10	38.957	45.588
Total do circulante		378.581	386.974
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	9.047	7.973
Consumidores e concessionárias	6	9.209	10.613
Tributos a recuperar	7	11.799	16.524
Créditos tributários	12	127.580	70.723
Depósitos e cauções vinculados	21	36.487	34.035
Instrumentos financeiros derivativos	29	57.407	36.612
Ativos financeiros setoriais	9	54.741	39.311
Contas a receber da concessão	13	274.526	228.574
Outros créditos	10	667	713
		581.463	445.078
Investimento		366	366
Intangível	14	526.209	542.566
Imobilizado	14	6.332	6.295
Total do não circulante		1.114.370	994.305
Total do ativo		1.492.951	1.381.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	81.493	78.244
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	80.999	185.485
Debêntures	17	13.238	8.746
Tributos e contribuições sociais	18	35.648	40.650
Parcelamento de impostos	20	126	2.014
Passivos financeiros setoriais	9	52.317	50.536
Obrigações estimadas		5.349	4.917
Encargos setoriais	19	27.825	11.738
Taxa de iluminação pública arrecadada		4.868	4.262
Instrumentos financeiros derivativos	29	31.147	-
Benefícios a empregados	30	16.402	13.616
Outras contas a pagar		7.906	7.781
Total do circulante		357.318	407.989
Não circulante			
Fornecedores	15	2.377	2.377
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	584.331	361.247
Debêntures	17	36.000	60.000
Tributos e contribuições sociais	18	23.539	15.863
Parcelamento de impostos	20	-	2.518
Passivos financeiros setoriais	9	9.312	17.173
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	21	26.240	21.462
Encargos setoriais	19	3.870	4.334
Instrumentos financeiros derivativos	29	16.053	-
Benefícios a empregados	30	105.408	100.641
Outros		3.070	1.802
Total do não circulante		810.200	587.417
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	382.898	357.135
Reservas de capital	22.1	3.330	3.330
Reservas de lucros	22.2 e 22.3	-	46.717
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	39.801
Prejuízos acumulados		(1.090)	-
Outros resultados abrangentes	22.5	(59.705)	(61.110)
Total do patrimônio líquido		325.433	385.873
Total do passivo e patrimônio líquido		1.492.951	1.381.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	23	983.463	912.040
Custo do serviço de energia elétrica	24	(743.838)	(628.041)
Lucro bruto		239.625	283.999
Despesas gerais e administrativas	24	(114.875)	(113.490)
Outras receitas	25	2.654	2.484
Outras despesas	25	(6.011)	(10.475)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		121.393	162.518
Receita financeira	26	48.511	27.473
Despesa financeira	26	(231.371)	(76.006)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(182.860)	(48.533)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(61.467)	113.985
Imposto de renda e Contribuição social corrente	12	(17.434)	(17.562)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	12	56.857	5.755
Lucro (prejuízo) do exercício		(22.044)	102.178
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	26	(112,75)	522,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Lucro (prejuízo) do exercício		(22.044)	102.178
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	22.5	1.405	(25.663)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(20.639)	76.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(61.467)	113.985
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		190.379	66.932
Depreciação e a Amortização	24	50.244	48.035
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	2.145	(5.398)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	2.591	1.477
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	25	3.357	7.991
Marcação a Mercado das Dívidas	26	(3.916)	-
Marcação a mercado de derivativos	26	44.078	4.316
Instrumentos financeiros derivativos	26	(58.332)	(22.693)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(48.730)	(13.901)
Diminuição de estoques		474	382
(Aumento) de tributos a recuperar		5.637	(6.759)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(2.452)	(5.266)
Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais		86.815	(160.636)
Diminuição (aumento) de outros créditos		4.645	(11.389)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		3.479	26.898
Aumento de tributos e contribuições sociais		2.493	588
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.725)	(12.850)
(Diminuição) aumento de passivos financeiros setoriais		(6.847)	67.709
Aumento de obrigações estimadas		432	155
Aumento de entidade privada e outras		27.304	30.322
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		223.604	129.898
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(12.490)	33.766
Aplicação no imobilizado e intangível	14 e 33	(65.570)	(87.479)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	25	2.654	2.484
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(75.406)	(51.229)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	16, 17 e 33	208.839	107.816
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16 e 17	(280.555)	(81.176)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16 e 17	(53.995)	(25.252)
Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos		57.734	(17.519)
Pagamentos de dividendos	22.4	(39.801)	(46.175)
Pagamento de parcelamento de impostos		(1.717)	(1.561)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(109.495)	(63.867)
Varição líquida do caixa		38.703	14.802
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		45.254	30.452
Caixa mais equivalentes de caixa finais		83.957	45.254
Varição líquida do caixa		38.703	14.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia e serviços	23	1.415.227	1.132.131
Outras receitas	23	2.654	2.484
Receitas relativas a construção de ativos próprios	23 e 24	74.714	94.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	23	(2.145)	4.223
		<u>1.490.450</u>	<u>1.233.095</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida		586.363	489.929
Materiais e serviços de terceiros		58.900	63.836
Outros custos operacionais		93.521	111.633
		<u>738.784</u>	<u>665.398</u>
Valor adicionado bruto		<u>751.666</u>	<u>567.697</u>
Depreciação e amortização	24	50.244	48.035
Valor adicionado líquido		<u>701.422</u>	<u>519.662</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	26	50.108	27.473
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>751.530</u></u>	<u><u>547.135</u></u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		57.791	55.154
Benefícios		14.172	13.777
FGTS		3.811	4.137
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		88.931	83.563
Estaduais		274.742	194.353
Municipais		289	595
Obrigações (sem sugestões)	23	98.705	12.638
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	26	233.465	79.276
Aluguéis		1.668	1.464
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	22.4	-	27.121
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	39.801
Reserva legal	22.2	-	5.109
Reserva de redução de impostos de renda	22.3	-	25.763
Reserva de lucros		-	4.384
Prejuízos acumulados		(22.044)	-
		<u><u>751.530</u></u>	<u><u>547.135</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de capital		Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Subvenção de investimentos	Remuneração de Imobilizações em curso	Legal	Reserva de Lucros	Redução de Imposto de renda				
Saldos em 01 de janeiro de 2014	345.762	2.102	1.228	11.461	-	11.373	11.054	-	(35.447)	347.533
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(11.054)	-	-	(11.054)
Aumento Capital, conforme AGO e AGE 30/06/2014	11.373	-	-	-	-	(11.373)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.663)	(25.663)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	102.178	-	102.178
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	5.109	-	-	-	(5.109)	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Sudene 0205/2012	-	-	-	-	-	25.763	-	(25.763)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(27.121)	-	(27.121)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	39.801	(39.801)	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	4.384	-	-	(4.384)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	357.135	2.102	1.228	16.570	4.384	25.763	39.801	-	(61.110)	385.873
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(39.801)	-	-	(39.801)
Aumento Capital, conforme AGO e AGE 30/04/2015	22.1 25.763	-	-	-	-	(25.763)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(22.044)	-	(22.044)
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Sudene 0205/2012	22.3 -	-	-	-	-	17.575	-	(17.575)	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	(16.570)	(4.384)	(17.575)	-	38.529	-	-
Outros resultados abrangentes	22.5 -	-	-	-	-	-	-	-	1.405	1.405
Saldos em 31 de dezembro de 2015	382.898	2.102	1.228	-	-	-	-	(1.090)	(59.705)	325.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2015						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2015			2014		
Receita líquida (RL)	983.463			912.040		
Resultado operacional (RO)	(61.467)			113.985		
Folha de pagamento bruta (FPB)	56.665			54.815		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.976	14,08%	0,81%	7.967	14,53%	0,87%
Encargos sociais compulsórios	14.622	25,80%	1,49%	14.476	26,41%	1,59%
Previdência privada	15.870	28,01%	1,61%	15.497	28,27%	1,70%
Saúde	4.979	8,79%	0,51%	4.447	8,11%	0,49%
Segurança e saúde no trabalho	991	1,75%	0,10%	1.043	1,90%	0,11%
Educação	98	0,17%	0,01%	142	0,26%	0,02%
Cultura	40	0,07%	0,00%	8	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	373	0,66%	0,04%	330	0,60%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	488	0,86%	0,05%	471	0,86%	0,05%
Participação nos lucros ou resultados	4.872	8,60%	0,50%	4.990	9,10%	0,55%
Outros	577	1,02%	0,06%	686	1,25%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	50.886	89,80%	5,17%	50.057	91,32%	5,49%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	66	-0,11%	0,01%	52	0,05%	0,01%
Cultura	97	-0,16%	0,01%	455	0,40%	0,05%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	107	0,09%	0,01%
Esporte	50	-0,08%	0,01%	107	0,09%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	667	-1,09%	0,07%	648	0,57%	0,07%
Total das contribuições para a sociedade	880	-1,43%	0,09%	1.369	1,20%	0,15%
Tributos (excluídos encargos sociais)	345.902	-562,74%	35,17%	265.129	232,60%	29,07%
Total - Indicadores sociais externos	346.782	-564,18%	35,26%	266.498	233,80%	29,22%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	6.551	-10,66%	0,67%	11.377	9,98%	1,25%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	6.551	-10,66%	0,67%	11.377	9,98%	1,25%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	916			920		
Nº de admissões durante o período	66			110		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	75			74		
Nº de estagiários(as)	46			39		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	177			176		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	138			137		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19%			16%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	91			92		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	13%			13%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	40			35		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,9			18,5		
Número total de acidentes de trabalho	18			7		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 4.951	no Procon 83	na Justiça 1.038	na empresa 4.850	no Procon 61	na Justiça 953
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,23%	no Procon 87,35%	na Justiça 45,77%	na empresa 99%	no Procon 90%	na Justiça 65%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 751.530			Em 2014: 547.135		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62% governo 0% acionistas		10% colaboradores(as) 31% terceiros -3% retido	53% governo 12% acionistas		13% colaboradores(as) 15% terceiros 7% retido
7 - Outras Informações	2015			2014		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			5.319		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			320		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			768		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			6.407		
7.2 - Programa de eficiência Energética	5.058			10.087		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1.701			1.505		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	6.759			17.999		

Notas Explicativas

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa SE") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 731.462 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997 com a ANEEL, o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, por 30 anos, com vencimento em 23 de dezembro de 2027.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 23, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores

Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias
- Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 12 - Créditos tributários;
- Nota nº 21 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 24 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 29 - Instrumentos financeiros derivativos; e
- Nota nº 30 - Benefícios a empregados;

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas não obrigatórias, mas que podem ser adotadas antecipadamente para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justos dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros setoriais.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros setoriais.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo;

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 29 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos

designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo poder concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, a Companhia registrou desde o exercício de 2012, como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- g. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que o contrato de concessão da Companhia foi atualizado em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9.
- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: representado pelo ágio pago na aquisição do controle acionário da própria Companhia. A amortização do ágio está sendo realizada pelo prazo 30 anos, a partir de dezembro de 1997 (vide nota explicativa nº 14).
- j. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- k. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de

apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- . **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- . **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:
 - (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
 - (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
 - (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- I. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- m. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29.
- n. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. **Incentivos fiscais SUDENE** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº12).
- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- r. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não apurou base de dividendos.
- s. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero.
- t. **Benefícios a empregados - Plano de suplementação de aposentadoria** - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD), Plano Saldados (PS) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.
- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras.

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	4.039	14.724
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	79.918	30.530
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	19.106	17.611
Compromissada (1)	60.812	12.919
Total de caixa e equivalentes de caixa (2)	83.957	45.254

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Debêntures.

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas de 90% a 103,20% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco. A rentabilidade média ponderada das aplicações consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 103,93% do CDI (98,33% do CDI em 2014).

(2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2015	2014
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	30.493	9.927
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	8.785	8.890
Fundos de Renda Fixa (1)	1.352	764
Fundos de Investimentos (2)	20.104	71
CCB	3.788	-
Debêntures	6.955	3
Compromissadas	846	-
DPGE	-	30
Títulos públicos	-	38
Fundo de Renda Fixa	8.515	-
Compromissadas (3)	180	130
Outros instrumentos	72	72
Mantidas até o vencimento	1.160	954
Fundos de Investimentos em direitos creditórios (FIDC) (4)	1.160	954
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (5)	31.653	10.881
Circulante	22.606	2.908
Não Circulante	9.047	7.973

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 é equivalente a 103,93% do CDI (98,33% do CDI em 2014).

(1) Fundos de renda fixa possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.

- (2) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 104,43% até 127,75% do CDI.
- (3) Operações compromissadas em debêntures- São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (4) Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC com vencimento em 26/11/2020.
- (5) Inclui R\$11.390 (R\$10.810 em 2014) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

6 Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão para devedores duvidosos (5)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2015	2014
Valores correntes: (1)									
Residencial	19.614	-	25.813	2.915	60	2	(2.977)	45.427	23.822
Industrial	14.007	-	1.362	83	36	260	(260)	15.488	10.920
Comercial	29.803	-	5.161	613	29	111	(140)	35.577	20.247
Rural	2.813	-	2.680	72	1	-	-	5.566	2.096
Poder público	6.039	-	1.446	3	-	1	(1)	7.488	5.378
Iluminação pública	4.333	-	377	31	-	-	-	4.741	2.882
Serviço público	5.564	-	35	-	-	-	-	5.599	3.317
Fornecimento não faturado	27.568	-	-	-	-	-	-	27.568	26.889
(-) Arrecadação Processo Classificação	11.104	-	-	-	-	-	-	11.104	5.906
Valores renegociados:									
Residencial	1.030	1.621	634	165	248	4.619	(5.338)	2.979	1.506
Industrial	722	144	472	24	53	1.237	(1.333)	1.319	843
Comercial	830	9.203	644	27	64	1.541	(3.027)	9.282	8.331
Rural	42	62	21	5	6	50	(65)	121	87
Poder público	1.860	1.662	58	-	-	-	-	3.580	2.910
Iluminação pública	256	473	19	-	-	-	-	748	608
Serviço público	766	22	-	-	-	-	-	788	641
(-) Ajuste valor Presente (3)	(128)	(3.108)	-	-	-	-	-	(3.236)	(3.145)
Subtotal -clientes	126.223	10.079	38.722	3.938	497	7.821	(13.141)	174.139	113.238
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	6.556	-	-	-	-	7.659	(1.272)	12.943	6.387
Outros (4)	4.039	-	-	-	-	-	(222)	3.817	8.691
Total	136.818	10.079	38.722	3.938	497	15.480	(14.635)	190.899	128.316
Circulante								181.690	117.703
Não Circulante								9.209	10.613

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

O saldo da conta de suprimento energia - moeda nacional em 31 de dezembro 2015, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$14.215 (R\$7.659 em 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$3.231 (R\$8.826 em 2014) referente a aquisição de energia na CCEE e aos encargos de serviços do sistema de R\$20.582 (R\$2.089 em 2014), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2015	2014
Créditos a vencer	6.556	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.272	1.272
	14.215	7.659
(-) Aquisição de energia na CCEE	(3.231)	(8.826)
(-) Encargos de serviços no sistema	(20.582)	(2.089)
	(9.598)	(3.256)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa do CDI de 14,14% a.a. (11,51% em 2014). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante; e
- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (5) Provisão para créditos de devedores duvidosos - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos clientes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida no exercício de 2015 e 2014:

Movimentação das provisões	2015	2014
Saldo inicial -2014 e 2013	12.490	17.888
Provisões constituídas no exercício	2.739	1.013
Reversão de provisões no exercício	(594)	(6.411)
Saldo final- circulante - 2015 e2014	14.635	12.490
Consumidores e concessionárias	14.635	12.456
Outras contas a receber	-	34

7 Tributos a recuperar

	2015	2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	11.313	12.126
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	2.583	101
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (c)	15.452	16.504
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL (c)	4.876	1.255
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	10.367	22.165
Outros	29	22
	44.620	52.173
Circulante	32.821	35.649
Não circulante	11.799	16.524

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

8 Revisão e reajuste tarifário periódico

8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.877 de 14 de abril de 2015, que aprovou o reajuste médio de 13,26%, a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2015.

8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 8,0%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

8.3 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 1.513 de 16 de abril de 2013 com reajuste de 4,08% aplicados desde 22 de abril de 2013.

8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9 Ativos e passivos financeiros setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes passou a ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva, ou seja, iniciado em dezembro de 2014.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	151.567	7.354	(95.454)	(1.813)	-	61.654	31.328	30.326	8.848	52.806
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	103	-	-	-	(103)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	7.582	4.625	(8.982)	73	-	3.298	2.719	579	3.153	145
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	348	4.852	(510)	212	-	4.902	170	4.732	3.719	1.183
Componentes financeiros										
Exposição de submercados	-	4.344	(2.710)	-	(548)	1.086	1.086	-	1.086	-
Outros itens financeiros	1.036	4.149	(3.832)	-	-	1.353	932	421	746	607
Total Ativo	160.636	25.324	(111.488)	(1.528)	(651)	72.293	36.235	36.058	17.552	54.741

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 2014	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	37.607	-	-	-	(37.607)	-	-	-	-	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	264	(108)	-	(103)	53	55	(2)	53	-
Encargo de serviços de sistema ESS	29.042	(1.045)	(18.863)	1.108	-	10.242	6.242	4.000	10.242	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iii)	512	1.764	(767)	-	-	1.509	101	1.408	1.157	352
Sobrecontratação de energia (ii)	-	52.367	(39.808)	(341)	37.607	49.825	13.981	35.844	40.865	8.960
Exposição de submercados	548	-	-	-	(548)	-	-	-	-	-
Total Passivo	67.709	53.350	(59.546)	767	(651)	61.629	20.379	41.250	52.317	9.312
Saldo líquido	92.927	(28.026)	(51.942)	(2.295)	-	10.664	15.856	(5.192)	(34.765)	45.429

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

10 Outros créditos

	2015	2014
Baixa renda (1)	5.331	7.908
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	17.597	11.593
Ordens de serviço em curso - outros	1.114	1.751
Adiantamentos	2.202	1.901
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	3.334	14.832
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	892	3.412
Despesas pagas antecipadamente	5.492	2.867
Outros	3.662	2.037
Total	39.624	46.301
Circulante	38.957	45.588
Não circulante	667	713

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

(1) Baixa renda:

	2015	2014
Saldo inicial (circulante) - 2014 e 2013	7.908	6.399
Subvenção Baixa Renda	32.069	42.755
Ressarcimento pela Eletrobrás	(34.646)	(41.246)
Saldo final (circulante)- 2015 e 2014	5.331	7.908

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário:

	2015	2014
Saldo inicial (circulante) - 2014 e 2013	14.832	4.782
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	27.479	24.364
Ressarcimento pela Eletrobrás	(39.844)	(14.314)
Atualização monetária (*)	867	-
Saldo final (circulante)	3.334	14.832

(*) Conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas

aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de outubro a dezembro de 2015, cujo ressarcimento ocorreu em sua totalidade, juntamente com o baixa renda, nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o exercício:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Energia elétrica comprada para revenda (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa Serviços Aéreos e de Aeroinspeção S/A	190	-	-	-
Energisa S/A	14.612	-	10.038	1.148
2015	14.802	-	10.038	1.148
2014	13.950	961	7.443	1.178

(1) Os serviços contratados junto a Controladora Energisa S/A, referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$1.203 (R\$1.101 em 2014) e da Diretoria foi de R\$2.577 (R\$2.092 em 2014). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$318 (R\$287 em 2014). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$538 (R\$489 em 2014).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$44 e R\$2 (R\$41 e R\$2 em 2014), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$15 (R\$14 em 2014).

Na AGO de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2015 no montante de R\$5.463 (R\$5.134 para o exercício de 2014).

12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2015	2014
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	108.379	72.269
Contribuição social sobre o lucro líquido	39.016	26.016
Total	147.395	98.285
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	14.570	20.267
Contribuição social	5.245	7.295
Total	19.815	27.562
Total líquido - ativo não circulante	127.580	70.723

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2015		2014	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Provisão ajuste atuarial	121.810	41.416	114.257	38.846
Provisões para riscos - contingências cíveis e trabalhistas	26.240	8.922	21.462	7.297
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	14.635	4.976	12.490	4.246
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	12.198	4.147	10.636	3.616
Variações cambiais passivas	235.364	80.024	113.503	38.591
Ajustes a valor presente	3.236	1.100	3.146	1.070
Ativos financeiros setoriais (CVA´s)	12.567	4.273	-	-
Outras adições temporárias	7.463	2.537	13.585	4.619
Marcação a mercado - derivativo	(10.207)	(3.471)	(53.687)	(18.253)
Marcação a mercado da dívida	(3.916)	(1.331)	-	-
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(44.157)	(15.013)	(27.381)	(9.309)
Total - ativo não circulante	375.233	127.580	208.011	70.723

As realizações dos impostos diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de Créditos fiscais
2016	7.437
2017	13.936
2018	23.501
2019	13.220
2020	17.178
2021 a 2025	72.123
Total	147.395

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(61.467)	113.985
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	20.899	(38.755)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	17.575	25.763
Outros	949	1.185
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	39.423	(11.807)
Alíquota efetiva	64,1	10,4

(*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$19.416 (R\$25.763 em 2014) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07.

Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal, foi aprovado pelo Despacho nº 126 - DRF/ASJU de 04 de março de 2013. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

13 Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA. Com a aplicação do novo

índice de atualização desde a última revisão tarifária, foram apurados efeitos de R\$760, registrados em receita financeira na demonstração de resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$16.777 (R\$5.428 em 2014) e incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2015	2014
Ativo financeiro custo histórico - 2014 e 2013	228.574	182.867
Adições no exercício (*)	30.440	41.062
Baixas no exercício	(1.265)	(783)
Ativo financeiro custo histórico	257.749	223.146
Atualização do contas a receber da concessão - VNR (**)	16.777	5.428
Ativo financeiro custo corrigido - 2015 e 2014	274.526	228.574

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

14 Intangível e Imobilizado

	2015	2014
Intangível - Contrato de concessão	250.854	247.511
Direito de concessão	275.355	295.055
Imobilizado	6.332	6.295
Total	532.541	548.861

a) Intangível - Contrato de concessão:

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

Intangível	Saldo inicial 2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo final 2015
Intangível em Serviço						
Custo	752.993	-	41.583	(6.980)	-	787.596
Amortização Acumulada	(352.964)	-	-	4.290	(38.933)	(387.607)
Subtotal	400.029	-	41.583	(2.690)	(38.933)	399.989
Em Curso (*)	29.180	74.522	(41.583)	(33.005)	-	29.114
Total Intangível	429.209	74.522	-	(35.695)	(38.933)	429.103
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	173.779	-	2.390	-	-	176.169
Amortização Acumulada	(49.638)	-	-	-	(9.629)	(59.267)
Subtotal	124.141	-	2.390	-	(9.629)	116.902
Em Curso	57.557	8.745	(2.390)	(2.565)	-	61.347
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	181.698	8.745	-	(2.565)	(9.629)	178.249
Total Intangível	247.511	65.777	-	(33.130)	(29.304)	250.854
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	11.287	-	1.024	-	-	12.311
Veículos	123	-	-	(56)	-	67
Móveis e utensílios	7.118	-	302	-	-	7.420
Total do imobilizado em serviço	18.547	-	1.326	(56)	-	19.817
Depreciação acumulada:						
Software	(13)	-	-	-	(2)	(15)
Máquinas e equipamentos	(7.353)	-	-	-	(1.005)	(8.358)
Veículos	(72)	-	-	33	(16)	(55)
Móveis e utensílios	(4.814)	-	-	-	(243)	(5.057)
Total Depreciação acumulada	(12.252)	-	-	33	(1.266)	(13.485)
Subtotal Imobilizado	6.295	-	1.326	(23)	(1.266)	6.332
Imobilizado em curso	-	1.326	(1.326)	-	-	-
Total do Imobilizado	6.295	1.326	-	(23)	(1.266)	6.332
Total Geral	253.806	67.103	-	(33.153)	(30.570)	257.186

(*) Do total das baixas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$33.153, R\$30.440 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$2.713 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício.

Intangível	Saldo inicial 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo final 2014
Intangível em Serviço						
Custo	727.263	-	49.853	(24.123)	-	752.993
Amortização Acumulada	(331.408)	-	-	15.470	(37.026)	(352.964)
Subtotal	395.855	-	49.853	(8.653)	(37.026)	400.029
Em Curso (*)	36.170	88.612	(49.853)	(45.749)	-	29.180
Total Intangível	432.025	88.612	-	(54.402)	(37.026)	429.209
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	167.851	-	5.928	-	-	173.779
Amortização Acumulada	(40.244)	-	-	-	(9.394)	(49.638)
Subtotal	127.607	-	5.928	-	(9.394)	124.141
Em Curso	68.623	-	(5.928)	(5.138)	-	57.557
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	196.230	-	-	(5.138)	(9.394)	181.698
Total Intangível	235.795	88.612	-	(49.264)	(27.632)	247.511
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Software	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos	10.208	-	1.095	(16)	-	11.287
Veículos	308	-	-	(185)	-	123
Móveis e utensílios	6.833	-	285	-	-	7.118
Total do imobilizado em serviço	17.368	-	1.380	(201)	-	18.547
Depreciação acumulada:						
Software	(10)	-	-	-	(3)	(13)
Máquinas e equipamentos	(6.423)	-	-	6	(936)	(7.353)
Veículos	(172)	-	-	135	(35)	(72)
Móveis e utensílios	(4.585)	-	-	-	(229)	(4.814)
Total Depreciação acumulada	(11.190)	-	-	141	(1.203)	(12.252)
Subtotal Imobilizado	6.178	-	1.380	(60)	(1.203)	6.295
Imobilizado em curso	-	1.380	(1.380)	-	-	-
Total do Imobilizado	6.178	1.380	-	(60)	(1.203)	6.295
Total Geral	241.973	89.992	-	(49.324)	(28.835)	253.806

(*) Das baixas no montante de R\$49.324, R\$41.062 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$8.262 referem-se a baixas realizadas no exercício.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de dezembro de 2015 a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,22% (3,79% em 2014).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em abril de 2008, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas, a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	2015	2014
Contribuições do consumidor (1)	96.648	92.426
Participação da União - recursos CDE (2)	130.921	131.309
Participação do Governo do Estado (2)	43.094	43.094
Reserva para reversão (3)	301	301
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	10.931	6.020
(-) Amortização acumulada	(59.267)	(49.638)
Total	222.628	223.512
Alocação:		
Contas a receber da concessão	44.379	41.814
Infraestrutura - Intangível em serviço	116.902	124.141
Infraestrutura - Intangível em curso	50.416	51.537
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	10.931	6.020
Total	222.628	223.512

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais.

Até 31 de dezembro de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$10.931 (R\$6.020 em 2014), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado:

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2015	2014
Máquinas e equipamentos	15,93%	16,49%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2015, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	2015	Redução do imposto de renda e contribuição social
2016	20.207	6.870
2017 e 2018	41.927	14.255
2019 e 2020	43.943	14.941
2021 e 2022	45.932	15.617
2023 e 2024	47.905	16.288
2025 e 2026	49.825	16.941
2027 em diante	25.616	8.709
Total	275.355	93.621

A movimentação está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	295.055	314.255
Amortização no exercício	(19.700)	(19.200)
Saldo final - 2015 e 2014	275.355	295.055

15 Fornecedores

	2015	2014
Suprimento:		
CCEE	3.231	8.826
Contratos Bilaterais (1)	44.142	52.433
Encargo do serviço de sistema (1)	20.582	2.089
Conexão à rede (1)	291	240
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	2.474	3.123
Materiais, serviços e outros (2)	13.150	13.910
	83.870	80.621
Circulante	81.493	78.244
Não Circulante	2.377	2.377

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes à eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	188.009	195.877
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	478.515	345.920
Encargos de dívidas - moeda nacional	825	3.791
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.425	1.770
(-) Custos a amortizar	(528)	(626)
(-) Marcação a mercado de dívidas	(3.916)	-
Total	665.330	546.732
Circulante	80.999	185.485
Não Circulante	584.331	361.247

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros)	Garantias ⁽¹⁾
	2015	2014					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	15.175	15.140	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	13,94%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	10.305	10.778	5,00% a.a. (Pré)	ago-26	Mensal	5,00%	A
Subtransmissão - Eletrobrás	452	2.261	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,00%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	4.358	6.874	8,30% a.a. (Pré) TJLP + 4,00%	jun-17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	3.460	5.464	a.a.	jun-17	Mensal	11,00%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁵⁾	12.297	15.667	8,40% a.a. (Pré) TJLP + 2,20% a	ago-19	Mensal	8,40%	F + E
Repassse BNDES I - ABC	19.033	24.354	4,10% a.a.	mai-19	Mensal	11,10%	A
Repassse BNDES II - ABC	2.132	2.813	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.	fev-23	Mensal	15,10% a 16,10%	A
Repassse BNDES - Citibank ⁽³⁾	15.250	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Itau ⁽³⁾	4.078	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	3.107	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repassse BNDES - Citibank ⁽³⁾	11.154	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Itau ⁽³⁾	2.982	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	2.272	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repassse BNDES FINEM - Itau ⁽⁴⁾	13.817	17.000	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar-20	Mensal	9,90% a 10,90%	A
FINAME - Itau BBA	18.902	18.781	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	fev-24	Mensal	2,5% a 8,7%	A
Nota Promissória - Itau	-	80.536					
Nota Promissória - ABC	50.060	-	CDI + 2,00% a.a.	jun-16	Final	15,24%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(528)	(626)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	188.306	199.042					
Resolução 4131 - Bank of America ML ⁽²⁾	-	79.803	-	-	-	-	-
Resolução 4131 - Itau BBA ⁽¹⁾	197.530	134.494	3,49% a.a. (Pré) Libor + 1,91%	abr-18	Anual	50,50%	A
Resolução 4131 - Citibank ^(1, 4)	283.410	133.393	a.a.	abr-18	Final	49,21%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(3.916)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	477.024	347.690					
Total	665.330	546.732					

A = Aval Energisa S.A., E = Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$9.047 (R\$8.681 em 2014), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).
- (2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 29).
- (3) A controladora Energisa S/A, firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$50.017, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2015 foram liberados R\$38.806, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

- (4) Os contratos possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.
- (5) Considera Bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
LIBOR	0,29%	0,23%

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2015
2017	151.294
2018	350.238
2019	51.952
2020	16.991
Após 2020	13.856
Total	584.331

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	546.732	410.525
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	210.602	113.975
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	217.104	61.780
Marcação a Mercado das Dívidas	(3.916)	-
Pagamento de principal	(268.555)	(21.176)
Pagamento de juros	(36.637)	(18.372)
Saldos finais - 2015 e 2014	665.330	546.732
Circulante	80.999	185.485
Não circulante	584.331	361.247

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	25	74	124
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	30	15	-	45
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	25	12	-	37
Banco ABC - repasse BNDES	18	18	26	62
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	56	56	93	205
Banco Itaú BBA - BNDES	9	9	37	55
Total	163	135	230	528

17 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	3ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	30/10/2013
Data de vencimento	30/10/2019
Garantia	Quirografária
Rendimentos	115,5% do CDI
TIR (taxa efetiva de juros)	15,29%
Quantidade de títulos	60
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60
Carência de Juros	24 meses
Amortizações/parcelas	5 anuais
Saldos em 2015	49.238
Circulante	13.238
Não circulante	36.000
Saldos em 2014	68.746
Circulante	8.746
Não circulante	60.000

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas, apurado no consolidado Energisa S/A.

Em 31 de dezembro de 2015 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	12.000
2018	12.000
2019	12.000
Total	36.000

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	68.746	121.113
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	9.850	14.513
Pagamento de principal	(12.000)	(60.000)
Pagamento de juros	(17.358)	(6.880)
Saldos finais - 2015 e 2014	49.238	68.746
Circulante	13.238	8.746
Não circulante	36.000	60.000

18 Tributos e contribuições sociais

	2015	2014
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	23.815	15.793
Encargos sociais	1.529	1.282
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	16.785	12.820
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	6.625	6.578
Contribuições ao PIS e a COFINS	9.192	18.290
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	674	-
Imposto sobre Serviços - ISS	166	-
Outros	401	1.750
Total	59.187	56.513
Circulante	35.648	40.650
Não circulante	23.539	15.863

19 Encargos setoriais

	2015	2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.175	136
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	518	275
Ministério de Minas e Energia - MME	295	173
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (*)	4.895	3.330
Programa de Eficiência Energética - PEE (*)	16.812	12.158
Total	31.695	16.072
Circulante	27.825	11.738
Não circulante	3.870	4.334

(*) Valores atualizados pela variação da taxa SELIC.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são transferidos contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

20 Parcelamento de impostos

Descrição	2015	2014
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	126	4.532
Circulante	126	2.014
Não circulante	-	2.518
Número de parcelas	1	28

A Receita Federal do Brasil (RFB), homologou a consolidação da dívida do parcelamento de saldos remanescentes da Energisa SE aderidos no programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um crédito de R\$2.689 (R\$2.453 em 2014) atualizados com base na SELIC, relativo a prestações mensais de junho a novembro de 2011 pagas a maior que o montante devido.

Ao consolidar, a RFB reconheceu no Demonstrativo da Dívida Consolidada os créditos da Companhia e os amortizou com o total da dívida atualizada em 31 de dezembro de 2015. O saldo devedor do parcelamento passou a ser R\$126, tendo sido liquidado em 29 de janeiro de 2016.

21 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	2015	2014
SalDOS iniciais - 2014 e 2013	15.847	5.615	21.462	18.846
Provisão contingências	7.829	2.632	10.129	7.824
Reversões de provisões	(1.019)	-	(687)	(923)
Pagamentos	(5.472)	(1.378)	(6.850)	(5.424)
Atualização monetária	1.561	625	2.186	1.139
SalDOS finais - 2015 e 2014	18.746	7.494	26.240	21.462
Depósitos e cauções vinculados (*)			(20.850)	(17.852)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$36.487 (R\$34.035 em 2014). Desse total, R\$15.637 (R\$16.183 em 2014) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Perdas prováveis

Trabalhistas:

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, equiparação salarial, incorporação da PL, indenizações decorrentes de acidente de trabalho e doença ocupacional, complementação de adicional de periculosidade, adicional de credenciamento, divisor de 200, FGTS, outras verbas contratuais/legais e ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por acidente de trabalho e verbas rescisórias.

No exercício ocorreram incrementos de novos processos no montante de R\$2.192 e alteração de estimativas no montante de R\$5.637, que totalizaram R\$7.829. As principais causas relacionadas ao aumento nas provisões foram: (i) verbas contratuais legais (horas extras/jornada de trabalho, 13º, férias, FGTS e auxílio alimentação), (ii) acidente de trabalho, (iii) doença ocupacional, (iv) divisor de 200 e (v) responsabilidade subsidiária (horas extras, férias e FGTS). As reduções apuradas no exercício no montante de R\$1.019 referem-se, principalmente, a processos arquivados e/ou extintos, especificamente atrelados a horas extras/jornada de trabalho, incorporação de PL, doença ocupacional e outras verbas contratuais/legais.

Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por acidente com lesão e danos morais/materiais, inscrição no Serasa, danos elétricos/queima de equipamentos, rede de distribuição cuja causa reflete a extensão de rede e demora no atendimento, suspensão de fornecimento indevida e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

No exercício ocorreram incrementos de novos processos no montante de R\$958 e alteração de estimativas no montante de R\$1.674, que totalizaram R\$2.632. As principais causas relacionadas ao aumento nas provisões foram: indenização por acidente fatal ou com lesão, ocorrências na rede, danos elétricos, inscrição no Serasa, suspensão indevida e demora no atendimento (extensão de rede ou ligação nova).

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, na condição de réu, em um montante total de R\$305.446 (R\$278.314 em 2014), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas:

As ações judiciais de natureza trabalhistas, na condição de réu, no montante de R\$21.687 (R\$20.484 em 2014), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento no exercício ocorreu em função do cadastro de novos processos, referente às causas acima citadas e atualização monetária.

Cíveis:

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$49.058 (R\$35.616 em 2014), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como de ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas

regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O aumento no exercício ocorreu em função do cadastro de novos processos, referente às causas acima citadas e da atualização monetária.

Fiscais

As ações de natureza fiscais, administrativas e tributárias, na condição de réu, no montante R\$234.701 (R\$222.214 em 2014), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) diferencial de alíquota; e (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outras. A variação no período ocorreu em função da atualização monetária.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

22 Patrimônio líquido

22.1. Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado no montante de R\$382.898 (R\$357.135 em 2014) está representado por 195.509 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$25.763, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$382.898.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

22.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

22.3. Reserva de lucros - redução de imposto de renda

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2012 a 2021, através do Ofício Sudene nº 2040/2012 - Laudo Constitutivo nº 205/2012, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apurou R\$17.575 (R\$25.763 em 2014) de redução de impostos de renda e adicionais e, utilizou integralmente para absorção de prejuízos no exercício.

22.4. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais propostos da Companhia, relativos ao exercício de 2014, no montante de R\$39.801, já tendo sido integralmente quitados: (i) em 19 de janeiro de 2015, o valor de R\$19.600 (R\$100,2511 por ação ordinária); (ii) em 02 de abril de 2015, o valor de R\$10.100 (R\$51,6610 por ação ordinária); e (iii) em 06 de abril de 2015, o valor de R\$10.101 (R\$51,6610 por ação ordinária).

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(22.044)	102.178
Reserva legal (5%)	-	(5.109)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(17.575)	(25.763)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	(39.619)	71.306
Dividendos obrigatórios (25%)	-	17.827
Dividendos antecipados pagos:		
. Em junho de 2014 - R\$84,1291 por ação	-	16.448
. Em setembro de 2014 - R\$54,5908 por ação	-	10.673
	-	27.121
Dividendos adicionais propostos R\$199,7811 em 2014 por ação	-	39.801
Total dos dividendos	-	66.922
% sobre o lucro líquido ajustado	-	94

A Companhia não apurou lucro no exercício.

22.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	(61.110)	(35.447)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	2.130	(38.883)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(725)	13.220
Saldo final - 2015 e 2014	(59.705)	(61.110)

23 Receita operacional

	2015			2014		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	659.775	998.716	585.287	637.707	965.336	401.198
Industrial	2.491	289.374	135.306	2.610	299.274	98.502
Comercial	42.341	534.819	323.417	41.898	522.889	229.323
Rural	19.234	116.933	35.537	18.741	103.849	22.006
Poder Público	5.525	136.511	66.998	5.536	131.455	46.779
Iluminação Pública	753	160.412	45.033	674	157.776	30.302
Serviço Público	1.249	206.437	61.953	1.204	215.156	41.958
Consumo Próprio	94	3.114	-	95	2.997	-
Subtotal	731.462	2.446.316	1.253.531	708.465	2.398.732	870.068
Suprimento	2	510.055	84.259	2	277.278	32.982
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(25.847)	669	-	2.198	3.429
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	18	-	47.075	17	-	40.996
Faturamento Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	44.842	-	-	-
Receita de Construção	-	-	72.620	-	-	90.988
Outras receitas operacionais	-	-	10.182	-	-	19.362
(-) Ultrapassagem de Demanda e excedente de reativos	-	-	(4.911)	-	-	(2.704)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(79.968)	-	-	96.171
Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	-	-	59.548	-	-	69.122
Total - receita operacional bruta	731.482	2.930.524	1.487.847	708.484	2.678.208	1.220.414
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	274.742	-	-	194.353
PIS	-	-	23.305	-	-	17.271
COFINS	-	-	107.343	-	-	86.564
ISS	-	-	289	-	-	252
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	4.554	-	-	3.669
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	88.213	-	-	2.596
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.554	-	-	3.669
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.384	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	504.384	-	-	308.374
Total receita operacional líquida	731.482	2.930.524	983.463	708.484	2.678.208	912.040

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$107.182, além de ter recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$44.842.

Para os meses de janeiro a dezembro de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	936
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	4.259
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	5.508
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	7.274
Maio	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	11.133
Junho	Despacho 2440 de 29 de julho de 2015	7.357
Julho	Despacho 3386 de 06 de outubro de 2015	5.091
Agosto	Despacho 3387 de 06 de outubro de 2015	2.342
Setembro	Despacho 3607 de 29 de outubro de 2015	1.206
Outubro	Despacho 3887 de 01 de dezembro de 2015	(59)
Novembro	Despacho 007 de 05 de janeiro de 2016	(49)
Dezembro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016	(156)
Total		44.842

24 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do Gasto	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e administrativas	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda	503.324	-	-	-	503.324	421.022
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	69.125	-	-	-	69.125	28.261
Pessoal e administradores	-	31.702	22	39.668	71.392	71.911
Entidade de previdência privada	-	872	-	14.323	15.195	11.588
Material	-	6.007	925	1.409	8.341	9.005
Serviços de terceiros	-	20.783	-	29.016	49.799	53.010
Depreciação e amortização	-	26.726	-	23.518	50.244	48.035
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	2.145	-	-	2.145	(5.398)
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	-	2.591	-	-	2.591	1.477
Custo de construção	-	-	72.620	-	72.620	90.988
Outras	-	6.996	-	6.941	13.937	11.632
	572.449	97.822	73.567	114.875	858.713	741.531

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2015	2014	2015	2014
Energia de leilão	1.714.837	1.595.679	322.833	349.097
Energia bilateral	128.254	128.860	57.635	28.422
Cotas de Angra REN 530/12	112.988	112.532	18.946	16.930
Energia de curto prazo - CCEE	87.054	107.093	115.420	126.929
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.235.370	1.077.948	40.043	32.987
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	67.690	67.112	14.505	15.161
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(25.958)	(110.622)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(40.100)	(37.882)
Total	3.346.193	3.089.224	503.324	421.022

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.958

Os valores referentes aos Despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados de encargos de PIS e COFINS.

(**) Não auditado pelos auditores independentes.

25 Outros resultados

	2015	2014
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	1.973	2.254
Outros	681	230
	<u>2.654</u>	<u>2.484</u>
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(5.527)	(10.475)
Outros	(484)	-
	<u>(6.011)</u>	<u>(10.475)</u>
Total	<u>(3.357)</u>	<u>(7.991)</u>

26 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Outras receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	11.832	5.072
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	15.998	13.349
Atualização do contas a receber concessão - VNR	16.777	5.428
Tributos s/ receitas financeiras	(1.746)	-
Outras receitas financeiras	5.650	3.624
Total receita financeira	48.511	27.473
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(45.730)	(33.591)
Variação monetária e cambial	(181.224)	(42.702)
(-) Transferência para ordens em curso	2.094	3.269
Ajuste valor presente	(91)	(2.061)
Marcação a mercado da dívida	3.916	-
Marcação a mercado derivativos	(44.078)	(4.316)
Instrumentos financeiros dos derivativos	58.332	22.693
Comissão aval	(10.038)	(7.443)
Juros passivos financeiros setoriais	(2.295)	(3.244)
Despesa bancária	(1.402)	(1.364)
Outras despesas financeiras	(10.855)	(7.247)
Total despesa financeira	(231.371)	(76.006)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(182.860)	(48.533)

27 Lucro (prejuízo) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2015	2014
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores:	(22.044)	102.178
Média ponderada das ações	195,51	195,51
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$ (*)	(112,75)	522,63

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Premio anual	
			2015	2014
Riscos Operacionais	23/10/2016	38.000	117	219
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	178	212
Frota - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até 360 /veículo	99	122
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	54.944	154	242
			<u>608</u>	<u>795</u>

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2015		2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	83.957	83.957	45.254	45.254
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	31.653	31.653	10.881	10.881
Consumidores e concessionárias	190.899	190.899	128.316	128.316
Ativos financeiros setoriais	72.293	72.293	160.636	160.636
Conta a receber da concessão	274.526	274.526	228.574	228.574
Instrumentos financeiros derivativos	57.407	57.407	53.687	53.687

PASSIVO	2015		2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	83.870	83.870	80.621	80.621
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	714.568	714.568	615.478	615.478
Instrumentos financeiros derivativos	47.200	47.200	-	-
Passivos financeiros setoriais	61.629	61.629	67.709	67.709

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativos financeiros setoriais líquidos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP).

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$3.916 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Uso de Estimativa: Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2015	2014
Dívida (a)	714.568	615.478
Caixa e equivalentes de caixa	(83.957)	(45.254)
Dívida líquida	630.611	570.224
Patrimônio líquido (b)	325.433	385.873
Índice de endividamento líquido	1,94	1,48

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	81.493	-	-	-	2.377	83.870
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,52%	76.303	41.726	680.907	108.019	23.080	930.035
Total		157.796	41.726	680.907	108.019	25.457	1.013.905

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2015	2014
Caixa e equivalente de caixa	83.957	45.254
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	31.653	10.881
Consumidores e concessionárias	190.899	128.316
Ativos financeiros setoriais	72.293	160.636
Conta a receber da concessão	274.526	228.574
Instrumentos financeiros derivativos	57.407	53.687

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 29.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47% sobre 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,6%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2015 de R\$715.096 (R\$616.104 em 2014), R\$477.024 (R\$347.690 em 2014) estão representados em dólares:

- (i) US\$ 50,6 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$50,2 milhões de principal); e
- (ii) US\$ 72,6 milhões de empréstimo com o Banco Citibank (US\$72,3 milhões de principal).

Os empréstimos têm vencimento de curto prazo, Fev/16 e 09/17, e custo de até 3,83% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 2014 apresenta R\$17.075 no ativo circulante, e em 2015 R\$57.407 (R\$36.612 em 2014) no ativo não circulante, R\$31.147 no passivo circulante e R\$16.053 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador	Designação Hedge Accounting
Loan 4131 Itaú BBA x ESE 2 P. Ativa	50.231	VC + 4,105%	17/04/2018	3,11 (Abr/17)	Não aplicável
P. Passiva		108,95% CDI		3,30 (Abr/18)	
Loan 4131 Citibank x ESE 3 P. Ativa	50.000	LIBOR + 1,91%	19/04/2018	3,31 (Abr/18)	Não aplicável
P. Passiva		103,50% CDI			
Loan 4131 Citibank x ESE 4 P. Ativa	22.314	Libor + 1,71%	28/05/2019	-	Fair Value Hedge
P. Passiva		CDI + 1,85%			

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Derivativos	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2015	2014		2015	2014
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	392.466	356.631
Swap com Opções	255.500	260.770	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(266.670)	(269.368)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(128.514)	(33.576)
			Posição Total	(2.718)	53.687

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2015	2014		2015	2014
Dívida (Objeto de Hedge)*	70.000	-	Moeda Estrangeira	(83.373)	-
	70.000	-	Posição Ativa		
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)			Moeda Estrangeira- LIBOR	86.436	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(73.511)	-
				12.925	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(70.448)	

(*) De acordo com a norma contábil, os empréstimos objetos de Fair Value Hedge são ajustados a valor presente desconsiderando o efeito da taxa Libor.

O Valor Justo dos derivativos em 2015 e 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável) (*)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-		52.743	(32.190)	(117.123)
Swap com Opções					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	392.466	Alta USD	339.723	424.656	509.589
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(266.670)		(266.670)	(266.670)	(266.670)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(128.514)		(77.789)	(149.119)	(225.000)
Subtotal	(2.718)		(4.736)	8.867	17.919
Total	(2.718)		48.008	(23.323)	(99.204)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	-		14.205	(3.855)	(21.917)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	86.436	Alta USD	72.231	90.291	108.353
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI	(73.511)		(73.511)	(73.511)	(73.511)
Subtotal	12.925		(1.280)	16.780	34.842
Total	12.925		12.925	12.925	12.925
TOTAL GERAL	10.207		60.933	(10.398)	(86.279)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2015, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2015, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$60.933 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$10.398 e negativo de R\$86.279, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,24%, TJLP = 7,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	111.572	Alta do CDI	16.658	20.822	24.987
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(477.024)	Alta do CDI	(71.220)	(89.025)	(106.830)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(114.473)	Alta do CDI	(17.091)	(21.364)	(25.636)
	(60.877)	Alta da TJLP	(4.261)	(5.327)	(6.392)
	(16.408)	Alta do SELIC	(2.338)	(2.923)	(3.507)
Subtotal (**)	(668.782)		(94.910)	(118.639)	(142.365)
Total (Perdas)	(557.210)		(78.252)	(97.817)	(117.378)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7,0%, FNE 8% e Selic 14,25% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$ 46.314.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$14.482, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Instrumentos financeiros	Nível	2015	2014
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	2	83.957	45.254
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	31.653	10.881
Consumidores e concessionárias	2	190.899	128.316
Instrumentos financeiros derivativos	2	57.407	53.687
Ativos financeiros setoriais	3	72.293	160.636
Contas a receber da concessão	3	274.526	228.574

30 Benefícios a empregados

30.1. Contexto

Os planos de benefícios previdenciários mantidos pela Energisa SE tem como “veículo financeiro” a INERGUS - Instituto Energipe de Seguridade Social, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 3.761, de 20/05/1986 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Conforme à Deliberação CVM 695/2012, vigente para o exercício 2015 (com comparativo de 2014), as empresas patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários mensuraram para este exercício, os valores dos compromissos previdenciários dos planos.

30.2. Sumário dos planos de benefícios

Plano de Benefícios Definido - BD

O plano de benefício previdenciário mantido pela Companhia nesta modalidade, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desse plano, a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa SE com o respectivo fundo patrocinado - INERGUS. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

Plano de Contribuição Definida

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

Abaixo segue o demonstrativo dos planos de aposentadoria e pensões:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Déficit atuarial	
		2015	2014		2015	2014
Energisa SE	BD	1.012	1.034	1,89	109.060	95.883
Energisa SE	CD	1.001	988	1,87	-	-
Energisa SE	PS	601	534	1,12	12.750	18.374
					121.810	114.257
				Circulante	16.402	13.616
				Não circulante	105.408	100.641

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo INERGUS, o qual emitiu parecer, sem apresentar comentário que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2015		2014	
	PS	BD	PS	BD
Valor presente das obrigações atuariais	(56.640)	(121.260)	(60.767)	(122.485)
Valor justo dos ativos do plano	43.890	12.201	42.393	26.602
Passivo líquido	(12.750)	(109.059)	(18.374)	(95.883)

Demonstração das despesas do Plano de benefício INERGUS, para o exercício de 2016, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	PS	BD
Custo do serviço corrente	-	260
Custo dos juros	7.519	15.581
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.809)	(1.148)
Despesas previstas para 2016	1.710	14.693

Demonstração da movimentação do passivo atuarial da patrocinadora líquido do exercício:

	2015		2014	
	PS	BD	PS	BD
Passivo atuarial líquido no início do exercício	18.374	95.883	-	66.557
Despesas correntes	2.182	11.433	680	8.137
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	(3.932)	-	-
Outros resultados abrangentes	(7.806)	5.676	17.694	21.189
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	12.750	109.060	18.374	95.883

Os ativos dos planos são:

	PS		BD	
	2015	2014	2015	2014
Títulos públicos	38.339	32.897	17.108	27.343
Cotas de fundos de renda fixa	9.893	9.881	347	2.087
Cotas de fundo de renda variável	-	466	-	550
Investimentos imobiliários	-	-	2.124	2.141
Ações	-	-	196	429
Outros	773	626	364	306
	49.005	43.870	20.139	32.856

Em 31 de dezembro de 2015 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2015		2014	
	PS	BD	PS	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	42.393	26.602	40.605	37.290
Benefícios pagos	(1.087)	(10.348)	(956)	(10.597)
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	3.932	-	835
Rendimento efetivo dos ativos	4.974	2.678	4.502	3.947
Ganhos(perdas) atuariais dos ativos	(2.390)	(10.664)	(1.758)	(4.873)
Valor justo dos ativos no final do exercício	43.890	12.200	42.393	26.602

Em 31 de dezembro de 2015 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	2015		2014	
	PS	BD	PS	BD
Saldo no início do exercício	60.767	122.485	36.493	103.847
Benefícios pagos no caixa	(1.087)	(10.348)	(956)	(10.597)
Juros sobre obrigação atuarial	7.156	13.954	4.041	11.047
Custo do serviço corrente (com juros)	-	157	1.140	1.041
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	(10.196)	(4.988)	20.049	17.147
Saldo no final do exercício	56.640	121.260	60.767	122.485

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Hipóteses Econômicas

	2015		2014	
	Plano PS	Plano BD	Plano PS	Plano BD
Taxa de desconto atuarial	7,50% a.a.	7,50% a.a.	6,05% a.a.	6,05% a.a.
Expectativa de Inflação Futura	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	13,41% a.a.	13,41% a.a.	11,88% a.a.	11,88% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de Crescimento Real de Salários	8,67% a.a.	N/A	7,61% a.a.	N/A
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.

Hipóteses Demográficas

	2015		2014	
	Plano PS	Plano BD	Plano PS	Plano BD
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA

(1) Tábuas específicas por sexo.

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE aos seus empregados:

	PS	BD
Participantes Ativos		
Número	464	48
Idade Média	42	44
Tempo de participação (anos)	16	18
Salário de Participação Médio	R\$0,843	R\$2,969
Participantes Assistidos		
Número	73	360
Idade Média	55	65
Benefício Médio Mensal	R\$2,246	R\$2,184
Pensionistas		
Número de Pensionistas	6	111
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,885	R\$1,136

Uso de estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

30.4. Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as despesas com esse benefício foram de R\$4.979 (R\$4.446 em 2014)

31 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*) - R\$ mil						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	465.172	424.950	423.433	440.187	424.087	6.238.543

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

32 Meio ambiente

Como iniciativa e compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Energisa Sergipe, por meio do seu Comitê de Gestão Socioambiental - COGESA, mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS, dentre as quais merecem destaque:

- 1) Implantação de redes isoladas e protegidas: são usados cabos isolados nas redes de baixa tensão e protegidos na rede de média tensão, reduzindo significativamente a necessidade de poda. Além disso, os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico, reduzindo a necessidade de supressão vegetal e a poluição visual com a instalação de aproximadamente 28 Km de rede de baixa e média tensão;
- 2) Atuação continua do Comitê de Gestão Socioambiental - COGESA que operacionaliza o Sistema de Gestão Socioambiental - SGSA desdobrado a partir do SGMASS, do Comitê de Sustentabilidade - CS e do PEE para melhor atender as especificidades da Energisa SE. Esse sistema possibilita que a Energisa SE gerencie seus aspectos socioambientais e mitigue as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir impactos socioambientais;
- 3) A continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos, com foco, principalmente, nos resíduos perigosos e atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida em 2010. Com relação à disposição e tratamento de resíduos, além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo desenvolvimento de suas atividades, a empresa possui procedimentos para manuseio, transporte, tratamento e destinação final destes resíduos, além de realizar periodicamente campanhas de conscientização sobre a segregação e coleta seletiva dos resíduos gerados nas instalações da empresa. A companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma a regeneração de óleos minerais isolantes (OMI) e dos resíduos oriundos da própria regeneração desses óleos utilizados em seus equipamentos, assim como, faz uso do sistema, desenvolvido a partir de um projeto de P&D, que realiza a recuperação do agente adsorvente utilizado, que, no nosso caso, é a bauxita, garantindo a reutilização deste material, reduzindo a geração de resíduos perigosos impregnados com óleo e evitando a poluição do meio ambiente, sem perder a qualidade do OMI regenerado;
- 4) Mapeamento de todos os processos que envolvem algum tipo de licenciamento/autorização ambiental de forma a melhorar o gerenciamento desses processos;
- 5) Implantação do "Papa lâmpadas, pilhas e baterias", que se trata da estrutura para receber os resíduos de lâmpadas, pilhas e baterias gerados pelos colaboradores em suas residências de forma a dar-lhes o tratamento adequado a esses resíduos perigosos;
- 6) Tratamento de lâmpadas inservíveis: a Energisa Sergipe possui procedimento para o correto tratamento de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente descartada das suas instalações e oriundo das residências dos seus colaboradores por meio da descontaminação ambientalmente adequada dessas lâmpadas inutilizadas, que contém na sua composição o "mercúrio";
- 7) Desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia (com distribuição de cartilhas compostas por dicas de conservação de energia e água), educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da Semana Socioambiental e da divulgação interna, por exemplo, intranet, adesivos e banners dispostos pela empresa, e externa, por exemplo, Programa Energia Total, campanhas na mídia e Programa Zé da Luz na Escola;
- 8) No tocante à conscientização ambiental, a Energisa Sergipe promove palestras sobre uso racional de energia elétrica e uso racional da água, utilizando-se dos Programas Zé da Luz na Escola e Energia Total, além de disponibilizar oficina de reciclagem durante a realização do Programa Energia Total, fomentando, além da redução de resíduos no meio ambiente, a geração de renda para as pessoas das comunidades assistidas com a venda dos produtos que aprendem a fazer nas oficinas. A Energisa Sergipe promove, ainda, palestra de conscientização sobre uso racional de energia elétrica e sobre o SGMASS quando recebe visitas de estudantes às instalações da empresa;
- 9) Realização periódica de inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Além de

capacitação de funcionários através de cursos/orientações socioambientais e participação em eventos diversos sobre questões socioambientais;

- 10) Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, como exemplo, no caso de destinação final ou tratamento de resíduos perigosos, é exigida licença de operação e certificado de destinação ou tratamento desses resíduos e, para aqueles que são transportados é exigida a licença de operação da empresa para o transporte desses resíduos;
- 11) Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do desperdício de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas eficientes, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e, em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo. É utilizada a Unidade Móvel da Energisa, veículo altamente preparado com equipamentos que proporcionam à empresa promover palestras sobre uso adequado de equipamentos, uso racional de energia elétrica e experiências elétricas, as quais servem para que crianças e jovens sejam conscientizados acerca dos riscos de manuseio da energia;
- 12) Conta Cidadã: consiste na troca de resíduos recicláveis, tais quais: metal, plástico, papel e vidro por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem, contribuindo diretamente para a conservação do meio ambiente;
- 13) Projeto Bem da Gente: cria ambiente favorável aos membros das comunidades de baixa renda, estimulando o empreendedorismo, através da oferta de capacitações as pessoas que pretendem abrir o seu próprio negócio e aos micros empreendedores informais estabelecidos nas comunidades. Os participantes do projeto são contemplados com as Oficinas do SEBRAE Microempreendedor individual, nas áreas de planejamento, compras, controle financeiro, vendas e associativismo, além da elaboração e acompanhamento de um plano de negócios;
- 14) A continuidade da coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa como uma das fases da Gestão dos Resíduos Sólidos da Energisa Sergipe. Os resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa são doados para uma Cooperativa de Catadores do Estado - CARE- e para a Federação das Cooperativas e Associações de catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Estado de Sergipe - FECARSE, que fazem as devidas reciclagens, o que promove também a geração de renda, além de reduzir a inserção de resíduos no meio ambiente.
- 15) Aquisição de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de resíduos de poda, como exemplo, os galhos triturados. Os resíduos são armazenados prontos para serem usados no processo de compostagem, por meio de parceria com o poder público municipal que vem recebendo esses resíduos e fazendo uso adequado;
- 16) Realização da I Semana de Sustentabilidade da Energisa Sergipe e homenagem ao dia mundial do meio ambiente e da IV Semana Socioambiental, ambas com diversas programações voltadas para conscientização e educação socioambiental tanto para os colaboradores como para a comunidade do entorno da empresa.

Ainda em relação à Gestão do Meio Ambiente, a Energisa Sergipe, em 2015, deu continuidade a sua atuação em prol da sustentabilidade, dando apoio na manutenção da estrutura instalada pela empresa no Parque dos Falcões, "santuário" das aves de rapina, a quem a empresa "não deu o peixe, deu o anzol para a pesca", ou seja, desenvolveu, um projeto funcional que se encaixasse perfeitamente dentro do contexto do Parque e que servisse como fonte de receita para a instituição, promovendo a autossustentação. Além disso, manteve e implementou diversos programas e práticas, que totalizaram, entre despesas operacionais e investimentos, o valor de aproximadamente R\$6.551 (R\$11.377 em 2014), sendo R\$176 (R\$174 em 2014) relativo às despesas operacionais e R\$6.375 (R\$16.780 em 2014) relativos a investimentos que evidenciam o compromisso da empresa com a responsabilidade sócio ambiental e com o desenvolvimento sustentável.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

33 Informações adicionais ao fluxo de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2015	2014
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	30.440	40.279
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	16.777	5.428
Fornecedores	3.684	3.914
Impostos a recuperar	2.689	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	3.684	3.914
Aquisição de intangível com recursos do FINAME	1.763	6.159
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	1.763	6.159
Capitalização de reservas	25.764	11.373
Parcelamento de impostos	2.689	-

34 Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofreram reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracajú - SE

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos*Demonstração do valor adicionado - DVA*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Declaração dos Diretores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Aracaju, 17 de março de 2016.

Jaconias de Aguiar
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Amaury Antônio Damiance
Diretor Técnico e Comercial

Declaração dos Diretores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Aracaju, 17 de março de 2016.

Jaconias de Aguiar
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Amaury Antônio Damiance
Diretor Técnico e Comercial